

Por que Ensinar Gramática?

Maria de Nazaré Serra Silva e Guimarães

(UFMG)

Gostaria de iniciar este texto que trata da questão **Por que ensinar Gramática?** relembrando três momentos de minha vida nos quais, de certa forma, estive envolvida com este assunto.

O primeiro deles remonta aos anos 60, tempo em que, como aluna do Primeiro Grau estudava Língua Portuguesa, tendo apenas por companheira uma **Gramática Normativa**. Esse era o livro que tínhamos – o professor e os alunos – para usar tanto em casa quanto em sala de aula.

O segundo momento, já um pouco mais tarde, leva-me ao início de minha carreira como professora, à época em que comecei a lecionar **Comunicação e Expressão** para 5^a e 6^a séries. Vejo-me em sala de aula, trabalhando **basicamente** em **interpretação de textos**, dramatizações e, de vez em quando, redações.

O trabalho com a Gramática resumia-se a exercícios estruturais (em sua grande maioria!) e esporádicos, aqueles propostos nos manuais didáticos, ao final de cada estudo de texto. (Quem sabe se para não dizer que não se falou da questão...)

O terceiro momento – quase que na mesma época do segundo – foi aqui na Faculdade de Letras, nos anos 70. Eu iniciava meu curso e tinha a oportunidade de presenciar uma efervescência de idéias muito diferentes sobre a questão do ensino gramatical. Alguns professores chegavam mesmo a assumir posições extremamente radicais sobre o assunto.

Uma simples leitura desses fatos me permite constatar que, embora a minha aprendizagem de língua materna até o 2º grau tenha ocorrido

em moldes bem tradicionais, a minha prática didática e a vivência na Universidade me levaram por caminhos um pouco diferentes.

Todas essas experiência foram muito significativas na minha carreira e, sem dúvida, contribuíram muito para sedimentar a posição que tenho hoje sobre o assunto.

No meu modo de ver, a questão que aqui está sendo discutida pode levar-nos por caminhos muito variados, conforme a conceituação que se dá ao termo “gramática”.

Concordo com Celso Pedro Luft¹ quando diz que gramática é “*um conjunto de regras que sustentam o sistema de qualquer língua, com ela nascem, evoluem e morrem*”. Assim, não há língua sem gramática. Como também não há falante de uma língua que não tenha internalizado, muitas vezes, de forma inconsciente, o conhecimento dessas regras.

Ora, se levamos em conta essa concepção de gramática, fica evidente para nós a contradição inevitável de se ensinar ao aluno aquilo que ele já SABE.

No entanto não é novidade para nenhum professor de Português que o ensino de língua materna, comumente praticado nas classes das diferentes séries do 1º grau, parte do pressuposto de que o aluno não SABE a língua e de que, para se expressar de forma adequada, ele precisa primeiramente conhecer as regras gramaticais.

Outras regras, é claro. Às vezes bem diferentes das que foram internalizadas. Regras que gramáticos, professores, academias etc., impõem, e que devem ser seguidas por todo aquele que queira falar e escrever certo. Na verdade, regras que se restringem à linguagem escrita formal.

O que fica claro é que a Escola, ao ensinar língua, o faz respaladada num conceito de gramática bem diverso do já citado.

¹ LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade*: por uma nova língua materna. 2^a ed. Porto Alegre: L&PM editores, 1985. p. 9.

É muito fácil de se encontrar exemplos em que se evidencia a supremacia atribuída ao domínio das regras gramaticais:

- o fato de se passar tanto tempo na tentativa de se ensinar a língua, oferecendo ao aluno a meta-língua (conceitos, regras, exceções, etc.) com falatórios e cobranças que incidem sobre a aplicação dessa teoria;
- a preocupação exagerada com a correção que evidentemente vai assinalar as discrepâncias formais verificadas em relação à norma padrão;
- a postura passiva dos alunos de português manifestada apenas pela indisciplina e indiferença – já que a verdadeira expressão do aluno inexiste.

Em seu lugar impõe-se uma rotina técnica – muitas vezes estruturada – mas privada de sentido para o aluno e, portanto, estéril, sem vida.

Nas palavras de Célestin Freinet² “estudam-se as regras, escreve-se como indicam os manuais. E quando, depois de ter estudado bastante, se tiver o direito de escrever, o charme terá desaparecido. Só se sabe papaguear. O aluno que antes era conversador, já não tem idéias [...]”.

É assim que a escola, apesar de todos os seus esforços, prepara uma massa de crianças analfabetas, porque, embora sabendo ler e escrever, são incapazes de exprimir, através da escrita, as dificuldades de sua vida, as suas alegrias e tristezas, e os seus sonhos.

Como se vê, o método tradicional do ensino da teoria gramatical falha ostensivamente, pois parece não resultar em proveito prático para a formação de falantes e escreventes hábeis!

Se, como diz Haquira Osawabe³ a educação pode ser pensada à luz da linguagem, isto significa pensá-la “enquanto processo constitutivo

² FREINET, Célestin. O método natural de gramática. Lisboa: Dinalivro, 1978.

³ MARTINS, Maria Helena (Org.). Questões de linguagem: muito além do Português. São Paulo: Contexto, 1991. p. 8.

(de) e constituído (por) sujeitos”. E como tal “um processo que tem a densidade, a precariedade e a singularidade do acontecimento”.

Isso implica guardar sempre uma disponibilidade para a MUDANÇA.

Entretanto, apesar da contribuição da Lingüística ao ensino de Português (noções de certo e errado, variantes e registros, entre outras), parece que há ainda muita coisa para se fazer no sentido de uma MUDANÇA eficaz.

Há que se **mudar** o ensino da Gramática nesses moldes tradicionais. Se o método falhou, por que não MUDÁ-LO? Por que continuar estudando uma língua viva como se fosse morta?

Sei que há muitas propostas concretas e consistentes que buscam uma renovação do ensino de Português. Uma delas é o programa de Língua Portuguesa e Literatura – Primeiro e segundo Graus, aprovado pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, em 1987.

Porém o que constato é que professores, principalmente os de 1º grau, ficam, muitas vezes, inseguros na hora de pôr em prática as tão cogitadas mudanças.

Não estou querendo dizer com isso que a escola deve assumir a variedade lingüística das classes populares como instrumento legítimo do discurso escolar. Nem tampouco que não se deva ensinar a variedade lingüística socialmente privilegiada.

No meu modo de ver, é atribuição do professor de Português criar condições para oportunizar aos seus alunos o domínio do dialeto padrão como uma forma de ampliar o acesso aos bens culturais codificados lingüisticamente.

Isso, sem dúvida, implica repensar o ensino da GRAMÁTICA. Mais do que responder a questão do **POR QUE ensiná-la**, temos que levar em consideração o **QUANDO** ensinara e **COMO** ensiná-la.

Por isso, nas séries do 1º grau, sou contra o ensino da Gramática nos moldes tradicionais. Não por julgar que os alunos seriam incapazes de aprendê-la. Mas, principalmente por considerar que o importante,

nesse momento, é levar o aluno a saber expressar-se, é levá-lo a operar a língua, expandindo a criatividade lingüística.

Em lugar da gramática normativa tradicional, há que se trabalhar com a gramática de uso que orienta a prática efetiva da língua e não desconhece as variações lingüísticas.

Não que a gramática tradicional não deva ser usada ou ensinada. Na verdade ela pode ser e deve ser um instrumento auxiliar do professor no 1º grau.

Já no segundo grau, na minha opinião, se dará a sistematização dos fatos lingüísticos, ela não só pode mas também deverá constituir-se num instrumento auxiliar para o aluno.

O que não se deve é adotá-la como um modelo exclusivo a ser seguido, pois mais do que o conhecimento teórico, o que importa é a prática das regras.

Concluindo, não sou contra o ensino das gramáticas nas escolas. Sou contra o ensino gramaticista, cujo objetivo é o domínio da teoria pela teoria.

Como diz Luft⁴ “confunde-se estudar língua com estudar gramática”. No entanto o que importa é levar o aluno a lidar com a língua, no sentido de ampliar sua gramática interiorizada na primeira e na segunda infância, com os elementos próprios dos elementos cultos padrão.

Já existem professores e escolas, aqui e ali, tentando com êxito mudar o sistema de ensino de Português, relegando o método gramaticista a um segundo plano e sobrepondo a ele um ensino prático, crítico e criativo.

Entretanto, há muito a se fazer a nível de sociedade como um todo, pois esse novo ensino requer professores competentes e muito bem informados do que ocorre no campo de pesquisas sobre a linguagem.

⁴ LUFG, Celso P. Obra citada, p. 22.

Assim, cabe a nós, professores universitários, a difícil tarefa de formar professores capazes de promover essa mudança tão desejada, na busca de uma educação ideal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FREINET, Célestin. *O método natural da Gramática*. Lisboa: Dinalivro, 1978.
2. GERALDI, João Wanderley. *O texo na sala de aula: leitura e produção*. 2. ed. Cascavel: Assoeste, 1984.
3. LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade: por uma nova concepção de língua materna*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.
4. MARTINS, Marta Helena (Org.). *Questões de linguagem: muito além do Português*. São Paulo: Contexto, 1991.
5. SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. *Programa de Língua Portuguesa e Literatura. Primeiro e Segundo Graus*. Belo Horizonte: 1987.